

**O Projeto Resgate, o Arquivo Histórico Ultramarino e a administração do Brasil
colonial no século XVIII – análise de uma memória**

Érika Simone de Almeida Carlos Dias

(doutoranda em História - UNL/investigadora do Projeto Resgate - AHU)

erikasimonedias@gmail.com

O estudo da história colonial nunca foi tarefa fácil para os investigadores. Para os pesquisadores brasileiros era mais complicado ainda, uma vez que as fontes para o estudo desta especialidade da História se encontravam a milhares de quilómetros de distância, do outro lado do Atlântico. Era necessário viajar à Europa para poder ler e analisar as cartas, ofícios e despachos dos vice-reis do Brasil e demais governadores coloniais sobre as mais diversas matérias, desde comércio colonial e defesa do território ao tráfico de escravos, administração, governo e aplicação da Justiça, além de toda a massa documental relativa à administração do dia-a-dia da América portuguesa.

Dentro deste contexto, o Projecto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco facilitou e democratizou o acesso às fontes para a história do Brasil colonial, ao tratar, microfilmar e digitalizar a documentação que diz respeito às “terras de Vera Cruz” existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). E, ao depositar uma cópia de todos os microfilmes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e parte deles em arquivos estaduais e universidades públicas brasileiras, o projecto propiciou ao estudante de várias áreas do conhecimento científico (História, História da Arte, Educação, Filologia, Paleografia, Sociologia, etc.), a possibilidade de conhecer, de aprofundar estudos e de escrever artigos, teses e livros acerca deste nosso passado comum.

Se transportar os microfilmes e Cds desta documentação para o Brasil, percorrendo o mesmo caminho que muitos navegadores a partir de Cabral fizeram e também um rei e uma Corte, facilitou a investigação em historial colonial para os pesquisadores, graduandos e alunos de pós-graduações espalhados pelo Brasil, também propiciou o aumento da pesquisa para todos os portugueses e estrangeiros que se deslocam até o Arquivo Histórico Ultramarino e comodamente conseguem o acesso aos catálogos publicados ou em formato digital disponíveis naquele arquivo¹. As buscas temáticas, por palavra-chave, ou onomástica, apresentam-se agora altamente facilitadas.

Afinal, são dezenas de milhares de verbetes contendo o resumo do documento, a data, o autor, o destinatário e os anexos que por ele são abrangidos. E não apenas acerca da história do Brasil, como descreveremos a seguir, e livres para a todo o público em geral.

Pois é sempre bom recordar que os arquivos ditos históricos possuem nas caixas, nos maços, nos códices, um pouco de tudo: modos de governar, de educar, de viver, informações que ultrapassam em muito o interesse dos pesquisadores/historiadores. São de interesse de todos: políticos e pessoas comunsⁱⁱ.

O AHU está instalado no Palácio da Ega em Lisboa, e foi criado em 1931, para atender a necessidade de reunir toda a documentação sobre a administração ultramarina portuguesa. Relativamente ao Brasil, as fontes de informações (troca de correspondência entre as autoridades locais e o poder central na metrópole, o controlo e desenvolvimento das carreiras burocráticas eclesiásticas, militares, assim como a movimentação dos agentes delegados do império) revelam-se em cerca de duas mil caixas de documentos avulsos, em mais de oitocentos e trinta códices, bem como, nas colecções de iconografia e cartografia. Trata-se de um acervo de valor incalculável, dada a sua diversidade temática. São todas as espécies de documentos (leis, regimentos, instruções, mapas, etc.) concernentes aos mais de trezentos anos da colonização (administração colonial) portuguesa no Brasilⁱⁱⁱ.

Conforme a professora da Universidade de São Paulo, Heloísa Liberalli Bellotto, consultora de arquivística e coordenadora académica do Resgate, este projeto, do Ministério da Cultura do Brasil, teve início em 1995, e é um projecto arquivístico de cooperação internacional e de “pesquisa remota” pois proporciona aos pesquisadores, a distância, a possibilidade de lerem os documentos através de microfimes e CD-ROMs. Nesse empreendimento colaboram vários ministérios, entre os quais, o das Relações Exteriores, universidades públicas e privadas, fundações e instituições culturais e de apoio à pesquisa brasileiras e estrangeiras, institutos histórico-geográficos, prefeituras, empresas privadas, além dos arquivos europeus, que acolhem e disponibilizam o acesso à infra-estrutura e ou à informação, entre eles, o Arquivo Histórico Ultramarino, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e a Fundação Calouste Gulbenkian. Ressalta-se ainda, a equipe mutável de mais de uma centena de pesquisadores, predominantemente brasileiros, mas também portugueses,

que tem atuado nos arquivos de Portugal, Espanha, Itália, Vaticano, Inglaterra, França e Holanda^{iv}.

Para falar do “Resgate” temos de situá-lo no contexto dos acordos diplomáticos feitos através da UNESCO. Com a implementação de projectos e políticas na área do Patrimônio Arquivístico Comum, a partir de 1959, vários países e comunidades puderam ter acesso às memórias comuns que por razões históricas foram formadas ou produzidas a partir das relações de diversas naturezas entre povos ou Estados. No âmbito desta linha de pensamento, algumas décadas depois, nasceu o Projeto Resgate Barão de Rio Branco, que procurou salvaguardar através de microfilmes toda a documentação referente à História do Brasil espalhada pelo mundo. E sendo o Brasil colônia portuguesa por mais de 300 anos, a maior parte de sua história encontra-se depositada em arquivos lusos, sendo o principal deles o AHU.

Desde 1985 o governo brasileiro procurou através de acordos diplomáticos a permissão para tratar e microfilmear a documentação do império português que era comum as duas partes do antigo império marítimo português, e na década de 1990 as tentativas surtiram efeitos. Portugal consentiu que pesquisadores brasileiros e portugueses tratassem, catalogassem e microfilmassem as mais de 28 séries que dizem respeito às diversas capitânicas brasileiras, bem como séries que abrangem outras áreas do ultramar português, e que directa ou indirectamente se interligam com o Brasil por questões económicas, administrativas, políticas ou por laços de parentesco entre os diversos agentes da governação portuguesa no Brasil e no ultramar lusitano.

O Projecto Resgate é coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil através de sua Assessoria Especial na pessoa da Dra. Esther Caldas Bertoletti (coordenadora técnica) e visa sobretudo organizar, catalogar e microfilmear a documentação do Brasil fora do território brasileiro.

Esforço que resultou no depósito de milhares de rolos de microfilmes disponíveis no AHU, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e em algumas outras instituições no Brasil, Portugal, Espanha, Itália, Holanda e Estados Unidos. Actualmente, além de Portugal, o projecto está organizando e microfilmando documentos na Espanha, Holanda e Áustria. O projecto em Portugal integrou-se nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses e está

ancorado no Programa da Unesco do Guia de Fontes para a História das Nações, embora seja mais ambicioso, pois, no que diz respeito ao Arquivo Histórico Ultramarino, tem elaborado catálogos de verbetes com a descrição de cada um dos documentos, de introduções temáticas, metodológica e técnica e de índices temáticos, onomásticos e toponímicos.

O Projeto representa uma continuação daquela preocupação existente no século XIX, em que diplomatas e poetas, pagos pelo Governo brasileiro, iam buscar fontes em distintos arquivos para torná-las mais acessíveis, embora, hoje, revestido de outras características e objectivos, que não os da filosofia e da historiografia positivistas, mais condizentes com as modernas tendências da pesquisa e da historiografia^v.

Vale ressaltar que além das capitánias do Brasil, o projecto também tratou e microfilmou séries como o Ultramar 1581-1834 (36 caixas - 3053 documentos) cuja temática versa sobre armação de navios, comércio, período filipino, guerras contra os holandeses, degredados militares e políticos do período miguelista; o Conselho Ultramarino 1642-1833 (22 caixas - 2020 documentos), que trata dos papéis dos funcionários deste tribunal que legislava sobre todas as colónias, que recebia as petições dos vassallos portugueses e que produzia consultas, pareceres ao rei acerca dos pedidos e das mais diversas questões administrativas no ultramar; e o serviço de partes 1618-1807 (5 caixas - 684 documentos) cuja documentação informa as acções dos militares que lutaram nas guerras contra os holandeses e na restauração portuguesa, em sua maioria.

Também 831 códices (livros de registo) contendo cópias de alvarás, decretos, provisões, consultas, cartas, escritos, avisos e outros papéis dos reis, dos Conselhos Ultramarino e da Fazenda, dos secretários de Estados e diferentes autoridades metropolitanas e coloniais.

Os números gerais do Projecto impressionam pela grandeza, são mais de 195 mil documentos tratados, 2748 rolos de microfilme e 297 CDs, que se encontram à disposição dos pesquisadores em grande parte dos arquivos brasileiros, efectivamente na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e também no AHU em Lisboa.

Para compreendermos melhor a divisão geográfica e cronológica da documentação do AHU, passaremos a dar alguns esclarecimentos sobre a forma como o AHU está dividido. Podemos dizer que os papéis que se encontram depositados no

AHU são oriundos de três fundos, o do Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833), o da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1834-1910) e o do Ministério do Ultramar (1911-1975).^{vi}

O AHU recebeu documentação do Arquivo do Ministério das Colónias, proveniente de diversos organismos ligados à administração ultramarina, além de documentação remetida pelos governos coloniais. O seu acervo antigamente era dividido em duas secções. A primeira compreendia a documentação mais antiga, de meados do século XVI até 1833 (dos fundos Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar) e a 2ª, compreendia a documentação posterior a 1833 (da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar somente e do Ministério do Ultramar).^{vii}

Além do Conselho Ultramarino, a 1ª seção tem documentos oriundos do Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens, Casa da Índia, Conselho da Índia e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

Sobre o Conselho Ultramarino podemos dizer que com a Restauração Portuguesa em 1640, D. João IV sentiu a necessidade de criar um tribunal com o objetivo de centralizar a administração em além-mar. Órgão cuja esfera de administração era vasta, pois segundo o seu regimento, competia ao conselho todos os assuntos de qualquer qualidade referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África, bem como a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos, o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda e a consulta de todas as naus e navios a serem enviados para o ultramar.

Em 1736 é criada a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, e eram da sua competência todas as atribuições da Marinha, obviamente, e os negócios respeitantes ao ultramar. Pertencia ao seu domínio a administração da Justiça, comércio, Fazenda Real, Governo dos domínios ultramarinos e negócios das missões, bem como, nomeações de governadores, capitães-generais, vice-reis, e todos os cargos civis e militares do ultramar. Aparentemente a Secretaria ao ser criada acabou por retirar algumas das competências do Conselho Ultramarino, como este havia feito com o Conselho da Fazenda, principalmente no que diz respeito às colónias.

É no âmbito destes dois fundos, que no AHU estão juntos e nomeados com a sigla CU (Conselho Ultramarino) que encontramos as séries do Brasil já descritas acima, os documentos de todas as capitanias brasileiras, depositados na sala do Brasil, bem como os códices (livros de registo) e a documentação da Índia, da África e do Reino.

Dentro de um “oceano” de papéis acabamos por encontrar documentos inéditos que mostram o pensamento lusitano sobre como administrar o Brasil. Pensamento este comprometido com as idéias do século de que se originam. Par exemplificar melhor, passaremos a analisar uma memória escrita no século XVIII e que diz respeito diretamente ao Brasil. Na série Ultramar, encontramos um documento, do punho do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, considerado conservador por alguns, ou extremamente mercantilista, Martinho estava conectado ao seu tempo e inserido dentro dos projetos reformistas idealizados pelo marquês de Pombal para o Brasil.

Analisemos então, uma memória escrita pelo ministro da Marinha e Ultramar^{viii}, escrita em cerca de 1777 que nos diz muito acerca do pensamento de Melo e Castro para administração do Brasil. Nela, Melo e Castro vai dissertar acerca do comércio entre as diferentes partes do Império português e vai demonstrar toda a sua preocupação com as liberdades concedidas ao Brasil ao longo do século XVIII e como isso prejudicava Portugal. Neste seu escrito ele deixa entrever seu pensamento acerca da relação entre a metrópole e sua principal colônia, e como, para ele, era complexo gerir o Brasil. Este não é um documento incomum nos escritos do secretário, ao que parece não redigiu muitas, mas tem-se conhecimento de algumas memórias sobre o comércio com a Ásia, sobre a extinção da companhia geral de Pernambuco e Paraíba e sobre queixas ao cônsul inglês por conta dos navios enviados a costa brasileira.^{ix}

No documento que vamos analisar, sua principal preocupação está centrada no comércio entre as diferentes partes do Império, e ao analisarmos alguns dos itens que ele numera como mais importantes vislumbramos parte de seu pensamento acerca de como administrar o Brasil.

O documento é uma minuta, de seu punho, e está incompleta, e, no item que ele numera de 6º, vai constatar que a relativa liberdade de comércio dada aos “americanos”

é prejudicial a metrópole, pois segundo ele, o natural é que a metrópole seja a recebedora dos géneros coloniais, e de lá, da capital, é que se faça o comércio com as outras colónias.

...a prática universalmente observada por todas as nações é de não permitirem que umas colónias forneçam as outras, os géneros que a capital ou metrópole podem [fornecer] ao navegar em direitura a cada uma das mesmas colónias... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

E cita a Inglaterra como exemplo desta proibição. A Inglaterra não permite o comércio e navegação entre as suas colónias, o comércio é feito dos portos de Inglaterra para a costa da África e não de suas colónias para o continente africano.:

Martinho nesta memória tenta explicar que as colónias americanas fornecem os géneros às suas metrópoles, e são elas que prosperam e aumentam seu comércio e navegação, pois não permitem que suas colónias, principalmente as de diferentes continentes, interajam entre si, obriga-as a fornecerem os seus produtos à metrópole, e da metrópole, saem os navios holandeses e ingleses a fazerem o comércio com as colónias, suprimindo assim suas necessidades. Esta era a forma que Melo e Castro considerava ideal para as relações comerciais entre colónia e metrópole, para ele, assim se explicava a riqueza destas nações:

A razão particular destas vantagens dos ingleses e holandeses é porque todas as regulações e providenciais relativas ao comércio e navegação foram sempre e continuam a ser fundadas na impreterível regra de se não [permitir] que umas colónias forneçam as outras os géneros e manufacturas que a capital ou metrópole pode navegar em direitura a cada uma... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Segundo Martinho, o Brasil precisava de controlo, pois o comércio com a África já estava perdido para os comerciantes brasileiros das praças do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco:

...sem a devida reflexão à mesma regra, temos permitido aos americanos introduzirem em Angola, sem regra, nem limite, não só as produções do seu próprio continente, mas também os géneros e fazendas manufacturadas na Europa, com que se tem feito senhores de todo o comércio e navegação da costa da Mina e Reino de Angola... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Martinho achava que a permissão para as colónias comerciarem entre si, destruiu o comércio e o poderio da metrópole. Era terminantemente contra que se permitisse que

do Brasil saíssem navios para Ásia, ele achava que o comércio exclusivo de Portugal com a Ásia era a única forma de se retomar o comércio com Angola, então perdido para os “americanos”. Uma vez que seria possível os navios ao virem da Índia levarem os géneros africanos para Lisboa e de lá, os metropolitanos suprirem as capitânicas do Brasil.

Neste seu escrito, ele se queixa das inúmeras vantagens concedidas ao Brasil, cita que a capitania de Pernambuco já possuía um grande número de navios que anualmente era empregado no comércio com a costa da Mina e com Angola, queixando-se até da Companhia geral pombalina que não fazia esforços para triangular o comércio como queria o secretário de estado.

Esta questão da liberdade de comércio com a África tão debatida e criticada por Melo e Castro, advêm da ordem régia de 1715, quando D. João V proibiu os governadores de Angola e Rio de Janeiro de se envolverem no tráfico de escravos, procurando limitar os negócios privados feitos por eles, advertindo-os para as punições que seriam dadas caso não recuassem em seus negócios particulares, ao mesmo tempo que abria o porto de Luanda para o tráfico com todos os portos brasileiros. (AHU, Cód. 554, fl. 141-150). Embora, tal ordem só entrasse de fato em vigor a partir de 1725. (Ferreira, 2001, p. 343).

Para Martinho, já havendo fábricas de algodão no Brasil, fazendas de algodão vindas da Ásia diretamente para o Brasil, e gente versada na carreira da Índia que se estabelecia no Brasil, não havia mais dificuldades para o Brasil suplantar o comércio metropolitano para a Ásia, da mesma forma que foi feito com Angola. Tal não poderia causar espanto à coroa portuguesa, quando houvesse um comércio e navegação estabelecido entre Ásia, África e América, sem dependência ou intervenção metropolitana, uma vez que as condições favoráveis já foram concedidas aos americanos para que tal acontecesse.

Para Melo e Castro a única forma de se coibir o agigantamento do Brasil seria o de proibir o comércio directo com a Ásia, assim se animariam as praças de Lisboa e Porto. A única forma de se salvaguardar a metrópole seria proibir que dos portos do Brasil se introduzam em Angola fazendas da Ásia, deixando que tal prerrogativa fosse exclusivamente feita dos portos do Reino de Portugal para aquela conquista.

O secretário tinha suas razões para estar tão preocupado com esta possibilidade. As naus da Índia faziam escala em Salvador desde o século XVI, largando lá as chamadas *fazendas de negro* muito apreciadas na compra de escravos em Luanda. Muitas vezes os reis tentaram proibir tal parada no Brasil. E mesmo com a legislação de 1761 os navios continuavam parando em sua viagem de volta ao Reino, no Rio de Janeiro e Bahia, principalmente, sob os mais variados pretextos. (ALEXANDRE, 1993, p. 64) e (FERREIRA, 2001, p. 355-356).

Considerava ser necessário reformar e inovar o país, aderindo ao liberalismo comercial apenas em parte, controlando e refreando os ímpetos autonomistas do Brasil, que se revelavam não só no aspecto económico.

A minuta escrita por Melo e Castro é relevante no sentido de aclarar as mudanças que começam a ocorrer nas relações centro/periferia na segunda metade do XVIII. Russel-Wood (1998, p. 190) estudando o mundo luso-brasileiro (séculos XVI-XVIII) assinala uma progressiva erosão sofrida pelo princípio mercantilista e pela hegemonia metropolitana em função de uma trajetória direcionada a uma visível autonomia do Brasil frente ao poder central metropolitano. A memória de Martinho insere-se nesta conjuntura de crescente autonomia da colônia.

Esta memória é apenas um dos papéis antes perdidos nas dezenas de séries documentais depositadas em Lisboa e agora tratados, descritos e microfilmados pelo Projeto Resgate e que se encontram disponíveis na BNRJ e no próprio AHU. Esta democratização do acesso às fontes propiciada pelo Resgate tem estimulado o interesse por parte dos estudantes, professores e pesquisadores brasileiros na área de História Colonial, a resposta mais exata desta nova realidade são as comunicações apresentadas recentemente nos congressos nacionais e internacionais, tipo EIHC (Encontro internacional de História Colonial) e ANPUH (Associação Nacional de História), respectivamente em 2008 e 2009.

Em Portugal, o tratamento das fontes propiciou ao investigador a facilidade de cruzar dados, a possibilidade de explorar outras periferias do império atlântico português, que não a Índia e África, e de perceber melhor a circularidade dos agentes da governação da Coroa portuguesa em mais de 4 séculos, compreendendo os circuitos que os documentos faziam, a forma como eram recebidos, despachados e resolvidos pelo rei

e seus tribunais no reino, e como as elites locais puderam influenciar as autoridades delegadas e negociar seus privilégios e fazer suas reivindicações directamente às autoridades ou ao próprio rei.

Esta é uma amostra dos resultados do Projecto Resgate – Lisboa, que com o esforço do governo brasileiro, através do Ministério da Cultura, a permissão do governo português, e com algum apoio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses e da Fundação Calouste Gulbenkian, difundiu o acesso às fontes, contribuindo para a construção da identidade, da cultura, propiciando um aprofundamento da relação histórica que une Brasil e Portugal, uma vez que os documentos desta história comum estão disponíveis aos interessados dos dois lados do Atlântico.

ⁱ Estamos falando de D. João VI cuja saída de Portugal completou 200 anos no final de 2007 e os diversos congressos em Portugal e Brasil assinalaram este fato histórico singular na história comum dos dois países. Ex.: www.euronapoleon.com

ⁱⁱ Bertolotti, Esther Caldas, Op. Cit.

ⁱⁱⁱ ABRANTES. Maria Luísa. **Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**, in Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, jan/jun 1997, p. 1-12, e ABRANTES, M. Luísa e MARTINHEIRA, José S. **A Modernização do AHU e a valorização do Património Documental** in Africana nº 24, 2002.

^{iv} ABRANTES. Maria Luísa. Op. Cit.

^v BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005, p. 279-291.

^{vi} Idem.

^{vii} Cf. MARTINHEIRA. José Joaquim Sintra. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 24. Ver também IRIA, Alberto. **Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (fontes para a história luso-brasileira)**, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966, **separata de Studia**, nº 18, 1966, Agosto.

^{viii} ABRANTES. Maria Luísa, Op. Cit, p. 5.

^{ix} Este secretário representa o carácter dualista do Governo de D. Maria I, se por um lado achava ser necessário reformar o país e suas colónias, por outro achava que era preciso subjugar as liberdades que o Brasil foi adquirindo ao longo dos séculos por sua posição geográfica e pelas potencialidades de seu comércio.

^x Caixas da série Reino - Arquivo Histórico Ultramarino - por exemplo: caixa 32, pasta 21.

Bibliografia consultada

ABRANTES. Maria Luísa. **Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**, in Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, jan/jun 1997, p. 1-12, e ABRANTES, M. Luísa e MARTINHEIRA, José S. **A Modernização do AHU e a valorização do Património Documental** in Africana nº 24, 2002.

ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português**. Porto: Edições Afrontamento, 1993

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A
04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005, p. 279-291.

Bertoletti, Esther Caldas Bertoletti – Blogue História Lusófona do Instituto de Investigação Tropical (Lisboa) - **Arquivos - Escaninhos da Memória** - <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716> (acesso em Novembro de 2009)

Dias, Érika. **A ida da Corte para o Brasil na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino**. Anais do congresso Euronapoleon (on line) DEZ/2008: <http://www.euronapoleon.com/sessoes/o-governo-da-monarquia>
http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Erika_Dias.pdf (acesso em Novembro de 2009)

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, **A interiorização da metrópole e outros estudos**, São Paulo, Alameda, 2005.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII) in **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *Depois do Leviatã*. **Almanack Braziliense**. 2007, Maio. Nº 5, p. 55-66.

IRIA, Alberto. Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (fontes para a história luso-brasileira), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966, **separata de Studia**, nº 18, 1966, Agosto.

MARTINHEIRA, José Joaquim Sintra. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Real Gabinete português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500 - 1808*. **Revista Brasileira de História** [online]. 1998, vol.18, no.36, p.187-250. (Acedido em Outubro de 2009). ISSN 0102-0188.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010

Documentação manuscrita:

AHU – Conselho Ultramarino: Série Brasil Geral.

AHU – Conselho Ultramarino: Série Reino.